

CIÊNCIAS AMBIENTAIS NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Eleucimar Monteiro da Cunha
Kátia Viana Cavalcante



PROFCIAMB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL
PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS
ASSOCIADA UFAM

São Gabriel da Cachoeira -AM
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL
PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS
MESTRADO PROFISSIONAL

PROTOCOLO DE ORIENTAÇÃO
CIÊNCIAS AMBIENTAIS
NA FORMAÇÃO TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFSCIAMB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Ambiente e Sociedade

Projeto estruturante: Comunidade, saúde e ambiente.

Autora: ELEUCIMAR MONTEIRO DA CUNHA

Orientadora: Profa. Dra. KÁTIA VIANA CAVALCANTE

São Gabriel da Cachoeira -AM

2020

Ficha Técnica:

Autoria: Eleucimar Monteiro da Cunha

Desenhos: Ministério da saúde SESAI

Diagramação: Rodrigo Fernandes Fonseca

Colaboração: Robrigo/Esron Rocha

TERMO DE LICENCIAMENTO

Este Produto Educacional e sua respectiva Dissertação estão licenciados sob uma Licença Creative Commons atribuição uso não comercial/compartilhamento sob a mesma licença 4.0 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite o endereço <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, Califórnia 94105, USA.



AGRADECIMENTOS

Aos Discentes e Docentes do Instituto Federal de Educação do Amazonas - IFAMCSGC pelo empenho e disposição demonstrado na participação da pesquisa.

Ao IFAMCSGC por oportunizar o desenvolvimento do Projeto de Atuação que fundamentou esse PROTOCOLO DE ORIENTAÇÃO.

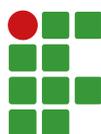
A Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) pela oportunidade de realizar a pesquisa e este produto educacional

Agradeço a CAPES e à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, pelo fomento a pesquisa brasileira.

A todos que contribuíram na construção deste produto em especial Eson Rocha e Franlayde de Moura Evangelista Aumondes.



UFAM



**INSTITUTO
FEDERAL**

Amazonas

Campus
São Gabriel da Cachoeira



LISTA DE ABREVIATURAS E SÍGLAS

ANA- Agencia Nacional de águas e saneamento básico

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem

CONSUP - Conselho Superior

COREN - Conselho Regional de Enfermagem

DCN - Diretrizes Curriculares nacionais

IFAM - Instituto Federal do Amazonas

IFRR - Instituto Federal de Roraima

LDB - Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

PPC - Plano Pedagógico de Curso

PPP - Plano Político Pedagógico

PROFCIAMB - Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

A stylized illustration on the left side of the page. It features a green tree with large leaves at the top, a brown tree trunk, and a person with dark skin and a black cap sitting on the ground. The background has a light blue and white pattern of dots and lines, suggesting a sky or a map. The title 'APRESENTAÇÃO' is written in large, orange, uppercase letters at the top right.

APRESENTAÇÃO

As questões relativas ao meio ambiente têm sido abordadas de forma mais incisiva nas últimas décadas. A difusão de conhecimentos por meios acadêmicos e pela mídia tem dado acesso à grande parte da sociedade a informações que mostram as consequências da má gestão de recursos naturais que comprometam sua sustentabilidade. Tais consequências podem ser notadas por todos, principalmente, por meio das experiências diárias. Meio ambiente e a saúde estão intimamente relacionados em uma relação de interdependência.

Este Protocolo de Orientação é resultado de uma dissertação de mestrado profissional desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino de Ciências Ambientais (Profciamb), tendo como objetivo o ensino das Ciências Ambientais na formação técnica profissionalizante em enfermagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus São Gabriel da Cachoeira (IFAM-CSG), situado no município de São Gabriel da Cachoeira estado do Amazonas - Brasil.

O estudo que resultou neste Protocolo foi construído mediante a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do IFAM/CSGC, Instituto Federal de Roraima Campus Boa Vista (IFRR/CBV), e apreciação da percepção do docente e discente quanto à presença das temáticas ambientais em sua formação. É um instrumento de fácil aplicabilidade que pode ser utilizado e também orientar a construção de PPCs por outras instituições de ensino em diferentes contextos ambientais e diferentes níveis de formação.

Neste sentido, urge a necessidade de implantar discussões por meio da elaboração de protocolos sobre o estudo das Ciências ambientais na formação do Técnico de Enfermagem, para que eles sejam capazes de atuar na promoção e preservação do meio ambiente e alcancem uma melhor abordagem na relação entre saúde e ambiente, assim como dos riscos ambientais a que todos estão expostos.

Espera-se que esse material possa contribuir junto aos órgãos formuladores de políticas de saúde e educação para inserir na formação do Técnico de Enfermagem discussão sobre as relações entre saúde e meio ambiente de forma mais complexa, como por exemplo, o conceito de

A small green starburst graphic with five points, located at the bottom left of the page.



meio ambiente como o local onde ocorrem as inter-relações que podem interferir diretamente no processo saúde doença e qual o papel e a atuação do Técnico de Enfermagem nessa relação.

Vislumbra-se ainda a contribuição deste junto aos órgãos de classe Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) com intuito de orientar na construção e formulação de instrumentos mais específicos que balize as práticas desses profissionais pautadas na Vigilância em Saúde e Vigilância ambiental.

Sumário

AGRADECIMENTOS _____	1
LISTA DE SIGLAS _____	2
APRESENTAÇÃO _____	3
SUMÁRIO _____	5
CONTEXTUALIZANDO _____	6
OBJETIVOS _____	12
ÂMBITO DE APLICAÇÃO _____	12
QUADRO DE SUGESTÕES RELACIONADAS À TEMÁTICA AMBIENTAL E SAÚDE, PARA INSERÇÃO NOS PPCS E NAS PRÁTICAS DOCENTES _____	13
CONTEÚDOS SUGERIDOS _____	13
DISCIPLINA CORRELATA _____	13
PONTOS RELEVANTES _____	13
LEGISLAÇÃO NO TOCANTE A SAÚDE _____	13
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS _____	17
ALGUNS PONTOS DEVEM SER OBSERVADOS _____	18
AVALIAÇÃO _____	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	20
REFERÊNCIAS _____	21

CONTEXTUALIZANDO



imagem (Fonte: Ministério da Saúde)

O reconhecimento da importância das questões sociais, ambientais e econômicas como determinante para saúde está relacionado à evolução dos paradigmas sobre a saúde desde os tempos do tratado "dos ares, águas e lugares" de Hipócrates (RIBEIRO, 2004).

A necessidade de formação de profissionais com capacidade crítica, de pensar globalmente sobre as estruturas vigentes, a partir de suas raízes históricas, entendendo que, é impossível falar de saúde sem falar de meio ambiente, e que existe uma relação intrínseca entre saúde e meio ambiente, e faz-se necessário ainda levar

em conta todos os aspectos que compõe este sistema complexo em que estamos inserido.

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFAM.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº. 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial nº 870/2008. Resolução CNE nº06/2012 que trata dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A incorporação dessa perspectiva crítica da problemática ambiental, através da mudança nos currículos do curso técnico em enfermagem, vai de encontro o que é regulamentado pela própria Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) que prevê em seu ideal do perfil profissional, quando colocam a necessidade de formara enfermagem critica, reflexiva e sensíveis as questões do meio ambiente.

Não há orientações das Bases Curriculares Nacionais assim como do catálogo Nacional de cursos Técnicos ou da Lei de Diretrizes e Bases, em relação à atualização dos PPCs. A menção que se tem é que deve ser atualizado para adaptação das necessidades locais.

Nas redes estaduais e municipais isso acontece a cada um ou dois anos, já nas redes Federais só enfatiza que as atualizações precisam ser aprovadas pelo Conselho Superior do IFAM (CONSUP). Este balanço é importante para mudanças significativas. A (DCN) trás no capítulo II Artigo nº 6, que trata dos Princípios Norteadores o seguinte:

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino.

Nesta vertente, para mudança no cenário socioambiental atual, a enfermagem precisa aproximar-se do que Leff (2001) denomina como

um Saber Ambiental, aquele que diz respeito à transformação do conhecimento para construir uma nova ordem social, estruturada na aprendizagem de novas relações com o mundo, sendo a partir da educação que o indivíduo avança em seu desenvolvimento. Contudo, para isso, os docentes, entendidos como os responsáveis por engendrar as reflexões complexas e estreitar os laços entre ambiente e enfermagem, devem também estar sensibilizados com a temática, percebendo-a de maneira crítica, reflexiva e holística.

Ressalta-se aqui as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental em seu Art. 8º determina que a prática educativa em Educação Ambiental deve ser, integrada, interdisciplinar, contínua e permanente, sendo que não deve ser implantada como disciplina, as temáticas devem ser trabalhadas de forma transversal. Indo ao encontro no que rege as DCN para o ensino Técnico de nível médio capítulo II dos Princípios norteadores Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

A perspectiva fragmentada e o currículo dissociado da realidade impossibilitam uma prática de forma integral. É exatamente aí que está a dificuldade, pois, nossa formação escolar nos ensina a separar os objetos de seu contexto e as disciplinas umas das outras, mas não nos ensina a correlacioná-los MORIN (2014).

Historicamente, a formação dos profissionais em saúde tem sido focada na doença, na técnica e no corpo biológico, desconsiderando, assim, o contexto em que o indivíduo está inserido e as relações que existem nele, como a história de vida, o ambiente, o trabalho, a família, estilo de vida, moradia, entre outros.

Por muito tempo, foi possível a aplicação desse modelo de formação que atendia aos interesses dos profissionais e algumas expectativas da população da época. De acordo com Ceccim e Feuerwerker (2004, on line 1).

Na abordagem clássica da formação em saúde, o ensino é tecnicista e preocupado com a sofisticação dos procedimentos e do conhecimento dos equipamentos auxiliares do diagnóstico, tratamento e cuidado, planejado segundo o referencial técnico-científico acumulado pelos docentes em suas respectivas áreas de especialidade.

Com o passar dos anos e com a mudança de valores da sociedade - consumismo, empobrecimento, aumento da violência, consumo de álcool e drogas, relações familiares conflituosas, acesso à informação e conhecimento dos seus direitos, os diversos interesses da mídia e da indústria da saúde - houve uma alteração no perfil epidemiológico das populações e das necessidades em saúde.

Considerando essa realidade, a formação hegemônica dos profissionais de saúde não consegue dar conta das demandas contemporâneas da sociedade. Portanto, torna-se necessário repensar o modelo de ensino, propondo novos formatos para a formação técnica profissionalizante, capaz de reconhecer as diferentes necessidades dos indivíduos e da coletividade.

O uso de tecnologias como mediadoras do processo ensino-aprendizagem em ações em saúde, favorece o processo participativo os discentes. O uso de tecnologia educacional numa perspectiva emancipatória é não se limitar ao mero uso como um equipamento, mas como o conjunto sistemático de procedimentos que torna possível o planejamento, a execução e a avaliação da educação em saúde e que permite o indivíduo a pensar, refletir, agir, tornando-o sujeito de seu próprio processo existencial (NIESTCHE et al, 2012).

Tais reflexões levaram a presente pesquisadora, a produzir um produto técnico do tipo Protocolo de orientações. A produção se faz com base em evidências na literatura e, em estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa que teve como objetivo: construir uma tecnologia educacional que oriente a inserção das temáticas ambientais na estrutura da matriz curricular do curso técnico profissionalizante em enfermagem.

A referida construção emergiu de uma dissertação de Mestrado Profissional realizada no Programa de Pós Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, ofertado pela Universidade Federal do Amazonas em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Amazonas - IFAM.

Dito isto, esse Protocolo de orientações tem grande relevância como ferramenta a ser utilizado por coordenações de curso Técnico em Enfermagem e Docentes no sentido de orientar o processo de ensino e aprendizagem no que tange as questões ambientais relacionadas à saúde.

Além de promover uma formação mais sólida e qualificada do profissional da saúde, que, conseqüentemente refletirá numa postura diferenciada em suas práticas como Técnico em Enfermagem, além de corresponder às prioridades das Políticas Públicas de Saúde para do SUS.

O produto fornece em linhas gerais aspectos que envolvem meio ambientes e saúde. Esses aspectos estão subdivididos nos seguintes temas gerais:

- A estruturação da política nacional de meio ambiente; os conceitos; relações com a saúde pública; fatores ambientais determinantes no processo saúde-doença; poluição; Agendas mundiais.

- Fatores ambientais determinantes no processo saúde-doença.

- Vigilância em Saúde: Sanitária e Ambiental na perspectiva do SUS.

- Doenças veiculadas pela água e por alimentos, vetores e pelo ar.



-Técnicas de manejo adequado e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e de serviços de saúde (fluídos, agentes biológicos, físicos, químicos e radioativos).

-Impacto ambiental causado pela disposição inadequada dos resíduos de serviços de saúde.

-Indicadores Ambientais e de Saúde.

Todavia, este material de estudo não esgota o assunto. Permitirá á todos envolvidos com a formação técnica em enfermagem a busca e aprofundamento das temáticas ambientais aqui sugeridas. Neste contexto, vislumbra-se despertar nestes profissionais a capacidade de reconhecer a importância das temáticas ambientais de forma complexa e proteção do meio ambiente, atuando como agente multiplicador de informações e ações que visem à proteção da vida por meio de uma nova consciência ecológica;

Neste sentido, sugere-se a reformulação dos PPCs, mudança nas práticas dos docentes, porem espera-se que as temáticas ambientais sejam abordadas de forma transversal durante todo o processo de formação técnica profissionalizante e não apenas em disciplinas isoladas.

OBJETIVOS

- ✓ Estabelecer os procedimentos para a elaboração de normas e inserção no projeto pedagógico do curso o ensino das Ciências ambientais na formação técnica profissionalizante em enfermagem.
- ✓ Orientar a prática do docente no curso técnico de enfermagem referente ao ensino de ciências Ambientais.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- ✓ Instituições de ensino Técnico profissionalizante em enfermagem.
- ✓ Nas pesquisas da área da educação em saúde e saúde ambiental.
- ✓ Nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação e conselho Nacional de Saúde;
- ✓ Elaboração de políticas públicas de saúde, educação e meio ambiente.
- ✓ Diretrizes da Associação Brasileira de Enfermagem e Conselho Federal de Enfermagem.

Quadro de sugestões relacionado à temática ambiental e saúde, para inserção nos PPCS e nas práticas docentes.

CONTEÚDOS SUGERIDOS	DISCIPLINA CORRELATA	PONTOS RELEVANTES	LEGISLAÇÃO NO TOCANTE A SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> - A estruturação da política nacional de meio; ambiente; - Fatores ambientais; determinantes no processo saúde-doença; - Os conceitos; relações com a saúde pública; <ul style="list-style-type: none"> - Poluição; - Agendas mundiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde coletiva - Saúde indígena - Microbiologia e Parasitologia <ul style="list-style-type: none"> - Nutrição 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de Natureza e meio Ambiente; - Alterações adversas das características do Meio Ambiente; - Poluição: sonora; ambiental; hídrica; <ul style="list-style-type: none"> - Saneamento; - ODS 03. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lei n 6.938/81; - Artigo 3 da 6.938/81; - Artigo 3 inciso II da 6.938/81;
<ul style="list-style-type: none"> - Fatores ambientais determinantes no processo saúde-doença. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde coletiva - Saúde indígena - Parasitologia e microbiologia <ul style="list-style-type: none"> - Nutrição 	<ul style="list-style-type: none"> - Foco Prático - Estágio Curricular obrigatório; Visita técnica; - Análise da qualidade da água; Projetos de Pesquisa PIBIC; Plano de estágio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resolução Nº 96 CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015.Lei estagio. - Política Nacional de extensão/ SETEC/MEC

CONTEÚDOS SUGERIDOS	DISCIPLINA CORRELATA	PONTOS RELEVANTES	LEGISLAÇÃO NO TOCANTE A SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> - Vigilância Sanitária e Ambiental na perspectiva do SUS. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde coletiva - Saúde indígena - Parasitologia e microbiologia - Nutrição 	<p>Vigilância Sanitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evolução histórica da vigilância; - Construção da Vigilância no Brasil; - Construção do novo modelo de vigilância para o SUS; - A vigilância em Saúde no cenário de Emergências em Saúde Pública; <p>- Sistema Nacional de Vigilância em Saúde;</p> <p>Vigilância Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saneamento básico e Saúde ambiental. - Promoção e vigilância à saúde. - Vigilância em Saúde e Ambiental no Brasil e São Gabriel da Cachoeira 	<p>MS lei de vigilância lei 8080; Política nacional de saúde Ambiental</p> <p>Lei orgânica do Município de São Gabriel da cachoeira.</p>

CONTEÚDOS SUGERIDOS	DISCIPLINA CORRELATA	PONTOS RELEVANTES	LEGISLAÇÃO NO TOCANTE A SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> - Doenças veiculadas pela água, por alimentos, pelo ar e por vetores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde coletiva - Saúde indígena - Parasitologia e microbiologia - Nutrição 	<ul style="list-style-type: none"> - Doenças Endêmicas; - Doenças relacionadas à falta de saneamento; 	<ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de Rec. Hídricos; - Lei nº 9.433/01/1997;
<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de manejo adequado e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e de serviços de saúde (flúidos, agentes biológicos, físicos, químicos e radioativos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde coletiva - Saúde indígena - Parasitologia e microbiologia - Nutrição 	<p>Manejo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segregação - Acondicionamento - Identificação- Transporte Interno. - Armazenamento Temporário - Tratamento/ Resolução - Armazenamento Externo - Coleta e transporte externo/ Disposição Final. 	<ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de resíduos sólidos Lei nº 12.305/08/2010; - Resolução RDCN nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - NBR 9191/2000 da ABNT; - NBR 7.500 da ABNT; - NBR 12235 da ABNT; - Resolução CONAMA nº. 237/1997; nº. 316/2002; - NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT; - Resolução CONAMA nº.237/97.

CONTEÚDOS SUGERIDOS	DISCIPLINA CORRELATA	PONTOS RELEVANTES	LEGISLAÇÃO NO TOCANTE A SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> - Impacto ambiental causado pela disposição inadequada dos resíduos de serviços de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Saúde coletiva - Saúde indígena - Parasitologia e microbiologia - Nutrição 	<ul style="list-style-type: none"> - Contaminação da água pelo chorume (rios, poços, lençóis freáticos) - Contaminação do solo; Disseminação de vetores; 	<p>Política Nacional de resíduos Sólidos; Política nacional de recursos hídricos</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores ambientais e de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Saúde coletiva - Saúde indígena - Parasitologia e microbiologia - Nutrição 	<p>Saneamento Inadequado; Coleta de lixo; Queimadas e incêndios florestais; Solo contaminado ou Suspeita de Contaminação; Inundações ou enchentes; Áreas de risco no perímetro urbano; Utilização de agrotóxicos; Água poluída ou contaminada na captação; Qualidade da água: Turbidez, Coliformes Termotolerantes; Interações por Doença Diarreicas Aguda (DDA); Interações por Infecção Respiratória Aguda (IRA); Interações por Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI); Mortalidade Proporcional por Doença Diarreicas Aguda (DDA); Mortalidade Proporcional por Infecção Respiratória Aguda (IRA); Mortalidade Proporcional por Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI); Intoxicação ou Exposição a Agrotóxicos; Mortalidade por Intoxicação a Agrotóxicos.</p>	

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O produto foi inspirado em outros modelos de protocolo, no entanto o conteúdo aqui sugerido originou-se de muitas leituras e análise de PPCs de outros Institutos Federais. Sugere-se, metodologicamente, que essa a abordagem dos conteúdos que estarão presentes no PPC possa ser feita em três momentos.

MOMENTO 01: Caracterizada pela apropriação sobre as temáticas ambientais por meio de pesquisa e discussões prévias com os discentes em sala de aula sobre os conceitos sua importância, dentre outros.

MOMENTO 02: Nesta fase seriam desenvolvidas atividades práticas em locais estratégicos do município.

MOMENTO 03: Momento de reflexão, discursões a respeito de todo o processo em sala ou em campo.

ALGUNS PONTOS DEVEM SER OBSERVADOS:

- a) O conteúdo a ser abordado no momento 01 deve ser de fácil compreensão sem que haja perda da qualidade do mesmo.
- b) A forma como será desenvolvidos estes conteúdos ficam a cargo de cada docente.
- c) O local para as aulas práticas ou visita técnica deve cuidadosamente escolhido, este local deve refletir as problemáticas ambientais relacionadas com a saúde.
- d) Ainda, é possível desenvolver um roteiro com perguntas que possam levar os alunos a refletirem sobre assuntos inerentes as temáticas desenvolvidas em sala de aula.
- e) Durante a prática, Instigar o discente a refletir e relacionar e formar opinião a respeito de todo ambiente observado.
- f) **Problematização:** A ideia é promover com os discentes uma discussão que permita fazer o recorte da situação da realidade local observada, no contexto do município e elaboração de possíveis soluções para os problemas encontrados, nos quais estejam, direta ou indiretamente, inseridos.
- g) Seria pertinente o Docente provocar debates por meio de alguns questionamentos adaptados à realidade do seu contexto, instigando os estudantes a relacionarem o observado com a fragilidade das políticas públicas de saúde e meio ambiente do município.

AVALIAÇÃO

Sugere-se que a avaliação dos estudantes seja feita por meio de um processo contínuo. Desta forma, o docente é detentor da autonomia para utilizar oportunidades de interações em debates, discussões, trabalhos de campo, relatórios, falas espontâneas dos discentes, sugestões de ações, dentre outras.

Por meio dessas observações, o docente se sente livre para considerar tudo aquilo que os discentes forem capazes de manifestar e contribuir conforme a maturidade, vivência e motivação durante todo o processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas ao meio ambiente e a saúde é sem duvida temas indissociáveis e devem compor os currículos para serem desenvolvidos de forma transversal durante todo o processo formativo do indivíduo.

É preciso oportunizar, novas perspectivas de mundo, de sujeito e de sociedade, individual e coletiva, construtoras de possibilidades de uma sociedade crítica, reflexiva , por meio de políticas publicas que fortaleçam a formação técnica em enfermagem e sobre tudo as questões do meio ambiente e saúde.

Vislumbra-se que, por meio deste instrumento aqui sugerido os Planos Pedagógicos de Curso possam ser reformulados assim como as práticas dos docentes no que tange as temáticas ambientais dentro dos currículos dos cursos técnicos.

Porém, mais importante que a presença dessas temáticas nos PPCs é a internalização pelo docente sobre a interface entre saúde e meio ambiente.

Apenas por meio desta compreensão é que serão possíveis as mudanças que se espera na formação e reforma de cidadãos sensibilizados e conscientes de seu papel na sociedade, seja como técnico em enfermagem seja como cidadão. Permitirá, além disso, enriquecer a visão no tocante a pensar e fazer saúde e, quem sabe relativizar, quanto à necessidade de diálogo e de respeito para outras concepções de cuidar da saúde das pessoas e do meio ambiente.

Ressaltamos ainda que esse protocolo é um pingo de chuva em meio ao rio. Esperamos que sirva como orientação para mudanças e reflexões.

REFERÊNCIAS

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192
acesso em: 06/11/2020.

_____. **Lei Nº 11.741/2008, de 16 de julho de 2008**. Estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>.

_____. **Lei Nº 6.938, DE 31 DE Agosto DE 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html>>
acesso em: 06/11/2020.

_____. **Lei Nº 12.305, DE 2 de Agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 3ª edição 2016.
Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>
acesso em: 06/11/2020.

_____. **Lei Nº 9433, de 8 de Janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos e hídricos cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm>
acesso em: 25/08/2020.

_____. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:

anvisa.gov.br/servicos/audes/manuais/manual_gerenciamento_residuos.pdf

acesso em: 06/11/2020.

_____. Ministério da Saúde. **Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999.** Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília DF, 26 jan. 1999b.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm.

Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília DF, 19 set. 1990.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

Acesso em: 12 maio 2013.

_____. **Portaria Nº 870, de 16 de Julho de 2008.** Aprovar, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Disponível em:

http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/portaria_mec_870-2008.pdf

acesso em: 06/11/2020.

_____. **Resolução RDC N° 306, de 7 de Dezembro de 2004.** Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html

acesso em: 06/11/2020.

_____. **Resolução N°. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015.** Aprova o Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Disponível em:

<http://www2.ifam.edu.br/campus/tabatinga/depe/coex/arquivos-coordenacao-estagio/resolucao-no-96-2015-consup-aprova-regulamentacao-de-estagio-dos-cursos-tecnicos.pdf/view>

acesso em. 25/08/2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed. São Paulo, SP: Paz e terra. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido,** Paz e terra, 64 Ed. Rio de Janeiro / São Paulo, 2017.

Gerenciamento dos Resíduos de serviço de Saúde.

Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/virtual%20tour/hipertextos/up1/gerenciamento-residuos-servico-saude.htm>

acesso em: 18/08/2020.

GIEARD, C.C.P. **Saberes e práticas de mães e enfermeiros sobre alimentação complementar**. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Pará, Universidade Federal do Amazonas, Belém, 2015. Brasil.

Disponível em:

https://paginas.uepa.br/ppgenf/files/DISSERTAO_CLAUDIA_GIRARD.pdf.
acesso em: 18/08/2020.

IFBA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Ministério da educação. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem**. IFBA. campus Eunópolis, 2018.

Disponível em:

https://portal.ifba.edu.br/eunapolis/textos-fixos-campus-eunapolis/ppc_enfermagem_campus_eunapolis.pdf acesso em: 07/11/2020.

IFP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Ministério da educação. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem**. IFP. Campus Londrina, 2017. Disponível em:

<https://londrina.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/PPC-T%C3%A9cnico-em-Enfermagem.pdf> acesso em: 07/11/2020.

IF Sudeste MG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Ministério da educação. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem**. IF Sudeste MG. campus São João Del Rei, 2017.

Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/cursos/tecnicos>

acesso em: 07/11/2020.

IFTO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins. Ministério da educação. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem**. IFTO. Campus Araguaína, 2018.

Disponível em:

<http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/resolucoes/2018> acesso em 07/11/2020.

Indicadores de Saúde Ambiental como ferramentas para qualificar as práticas de educação em saúde ambiental na promoção da saúde: aspectos conceituais e metodológicos.

Disponível em:

http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2013/05/patricia_campos.pdf> acesso em: 18/08/2020.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. 494 p. Sielo- artigo campanograma.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983>

acesso em: 26/08/2020.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 21ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 20, 2014.

NIETSCHE, E. A. et al. Tecnologias inovadoras do cuidado em enfermagem. Rev. enferm. UFSM , 2012.